

Primeiro a eleição; depois,

Sarney pretende, inclusive, organizar nova reunião

revisão do Cruzado

com os economistas do Governo

VERA RAMOS,
Da Editoria de Economia

Passadas as eleições de 15 de novembro próximo, as autoridades econômicas, por determinação do presidente José Sarney, vão operar significativas mudanças na rota do Plano Cruzado, com o objetivo de identificar fórmulas mais efetivas que possam conter as atuais pressões de demanda. A exemplo do que ocorreu em junho passado, quando Sarney reuniu-se em Carajás com os ministros da área econômica, o Palácio do Planalto deverá propor uma nova reunião, com as mesmas características da anterior, logo após as festividades de fim de ano.

Segundo uma fonte do Planalto, "tudo leva a crer que teremos um verão muito movimentado", ao justificar que essa nova reunião servirá para se fazer um balanço dos erros e dos acertos do Plano Cruzado. Entre os economistas do Governo cresce a opinião de que, ao implantar o Plano de Estabilidade Econômica, em 28 de fevereiro, não foi dada a devida importância à adoção de mecanismos de controle das fontes de pressão da demanda. Passados sete meses de vigência do cruzado, constatou-se, ainda que tardiamente, que a economia brasileira carrega uma potencial inflação de demanda que poderá arruinar o sucesso, até então obtido pelo plano, nos primeiros meses do ano que vem.

A cada dia que passa aumenta a convicção dos idealizadores do cruzado que houve um erro tático na avaliação feita em 28 de fevereiro quanto à importância atribuída às pressões da demanda. Muito embora o Governo tivesse embutido em seus cálculos um aquecimento no consumo, a expectativa oficial era de que essas pressões teriam um efeito temporário, passíveis de controle com a redução dos prazos de financiamentos, introduzida antes da aplicação do plano. Temia-se mais pelos possíveis efeitos recessivos da nova política econômica.

As medidas que limitaram o crédito ao consumidor, baixadas pelo governo em fins de junho, e, mais recentemente, o pacote "cruzadinho", instituindo os depósitos compulsórios na venda de veículos, passagens e combustíveis, não estão surtindo o efeito esperado. A demanda não foi racionada e o crescimento do comércio continua em taxas não compatíveis com as condições de oferta da economia. Se perdurar esta situação, o Governo não resistirá às pressões, sendo obrigado a recorrer à liberação dos preços.

Segundo levantamentos realizados pela Fundação Getúlio Vargas, alguns setores industriais já se encontram bem próximos da

plena utilização da capacidade, como, por exemplo os de material elétrico, mobiliário, produtos farmacêuticos, matérias plásticas, têxtil, produtos alimentícios e bebidas. Persistindo as pressões de demanda nesses setores será difícil para o Governo manter a política de congelamento dos preços. Uma demanda aquecida em setores com produção em seu limite de capacidade só pode ser controlada via liberação dos preços ou o desabastecimento, que já está ocorrendo.

As recentes quedas do nível de consumo registradas no comércio varejista, após vários meses de um crescimento superior a

As medidas em
exame incluem
de s c o n g e l a -
mento
gradativo e um
aumento do IR

10%, ocorreram em consequência da falta de produtos disponíveis ao consumo, e não como resultado de uma retração da demanda, de acordo com informações da Federação de Comércio de São Paulo. Na realidade, as pressões de demanda continuam inalteradas, apesar dos limites impostos ao crédito direto ao consumidor e dos depósitos compulsórios. Se o consumidor está comprando menos é porque não en-

contra o que comprar. Faltam produtos, e dentro do Governo cresce o receio de que a situação do desabastecimento poderá piorar se a demanda não for contida a curto prazo.

A liberação ou não dos preços para determinados produtos, que já está sendo analisada pelas autoridades econômicas, será determinada após a conclusão dos resultados de uma avaliação rigorosa dos graus de utilização da capacidade instalada nos diversos setores da economia. Na opinião de assessores do Governo, essa avaliação é de suma importância para se determinar as reais condições de sobrevivência da política de congelamento de preços dentro de uma realidade vivida pelo País, is que é excesso da demanda.

A posição defendida pelo presidente José Sarney e endossada pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, é a de manter o congelamento dos preços a todo custo. Para reforçar a sua campanha popular de que o sucesso do Plano Cruzado está na relação direta do apoio da população, atento e vigilante contra os "sabotadores" da política econômica, o Palácio do Planalto saiu em campo. Determinou à Radiobrás que introduza em sua programação radiofônica, a cada 60 minutos, um recado pessoal do presidente Sarney. De hora em hora, os ouvintes da Rádio Nacional são apresentados com a voz de Sarney estimulando a sociedade a continuar na luta contra a inflação. "Juntos vencemos".

Mas as correções que o Governo deverá introduzir

nos rumos do Plano Cruzado, depois das eleições de 15 de novembro próximo, mesmo que o congelamento de preços permaneça inalterado, serão de assimilação difícil para a maioria dos assalariados. O sistema dos depósitos compulsórios, que tinha como objetivo aumentar os dispositivos já implantados para conter as pressões do consumo, não está surtindo o efeito esperado, segundo as mesmas fontes. Para justificar, lembraram que o próprio Governo deu um sinal de que a retração do consumo não ocorreu, conforme as expectativas iniciais, ao autorizar o aumento das taxas de juros.

Se a adoção de medidas de política monetária (aumento das taxas de juros) não for suficiente para restringir efetivamente o excesso de consumo, principal desestabilizador do congelamento de preços, o Governo será obrigado a decretar o aumento do recolhimento do Imposto de Renda na fonte, considerado pelos idealizadores do Plano Cruzado como uma forma mais definida e mais duradoura para garantir a estabilidade dos preços.

Em julho passado, o presidente José Sarney, ao ler uma proposta da área econômica defendendo a adoção de medidas de caráter fiscal (aumento do Imposto de Renda) no bojo das correções no Plano Cruzado, recusou-a. O custo político a ser pago pelo Governo poderia ser muito alto. Mas, após as eleições, essa proposta, ao que tudo indica, será apresentada novamente ao Presidente. O leão poderá voltar a morder forte.